



Olhar político

Brasília/DF – Ano IV - Olhar Político

8 de março de 2021

Edição

#047

Olhar político

Edição

#047

A edição #47 do Olhar Político apresenta um panorama sobre o retorno das atividades Legislativas, abordando o estágio de tramitação das reformas estruturais, da agenda prioritária do governo e do orçamento para 2021, os desdobramentos do episódio Daniel Silveira, as medidas que facilitam a compra de vacinas e as instalações das comissões permanentes do Senado Federal. Por fim, temos uma breve abordagem sobre aquilo que deve ser o início de uma Reforma Ministerial.

Índice:

03

Panorama sobre o retorno das atividades Legislativas

04

Panorama das Reformas Estruturais

07

Agenda prioritária do Governo em tramitação na Câmara

08

Agenda prioritária do Governo em tramitação no Senado

09

Comissão Mista de Orçamento começa a analisar o Orçamento de 2021

11

Congresso Nacional: medidas que facilitam aquisição de vacinas

13

Presidentes das Comissões: Biênio 2021-2023



Panorama sobre o retorno das atividades Legislativas

Com a retomada dos trabalhos legislativos, algumas temáticas que já tinham sido sobrepostas em função da pandemia do novo coronavírus voltam a ganhar espaço na Agenda Legislativa com a eleição dos novos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), bem como dos líderes partidários em ambas as Casas.

Neste contexto os presidentes eleitos sinalizaram a priorização das reformas estruturais em tramitação no Congresso Nacional, notadamente as reformas fiscal, administrativa e tributária, além de outras medidas pontuais para a chamada melhoria do ambiente de negócios.

O primeiro grande teste do governo se deu na aprovação, por 339 votos a 114, no Plenário da Câmara dos Deputados, do Projeto que define os mandatos do presidente e dos diretores do Banco Central. Em tramitação no Congresso Nacional há mais de três décadas, a proposta foi convertida, ao final do mês de fevereiro, na Lei Complementar nº

179. Um dia após sua incorporação ao ordenamento jurídico, PT e PSOL ajuizaram a ADI 6696 questionando a legalidade da matéria em razão do suposto vício de iniciativa.

Outro tema com forte repercussão no início dos trabalhos legislativos está o chamado “Auxílio Emergencial”, que é o benefício pago aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados em função do prolongamento dos efeitos econômicos negativos gerados pela pandemia de Covid-19.

Diante dos desafios de se equilibrar um programa cujo custo anual, em 2020, superou os 213 bilhões de reais, com as ferramentas de ajuste fiscal implementadas a partir da Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos), a alternativa encontrada pelo Poder Executivo foi atrelar à chamada “PEC Emergencial” (PEC 186/2019) dispositivos que garantirão a execução de uma espécie de “orçamento paralelo”. O dispositivo é criado exclusivamente para a manutenção do benefício. A equipe econômica trabalha com a hipótese de

conceder o pagamento de 4 ou 5 parcelas com valores que podem ir de R\$ 150,00 a R\$ 375,00.

Além disso, para a concretização e avanço da agenda apregoada pelo governo, as duas Casas do Legislativo Federal preparam o retorno das Comissões Temáticas, através de um modelo de deliberação semipresencial. No Senado Federal, cabe frisar, as comissões permanentes já elegeram seus novos presidentes para o biênio 2021-2023.

No âmbito do Poder Executivo, embora defenda publicamente a manutenção dos elementos que asseguram a chamada “âncora fiscal”, o Presidente da República tem buscado ferramentas para emitir respostas sociais a determinadas demandas. Neste sentido e com o objetivo de conter a deflagração de uma greve dos caminhoneiros, o Presidente publicou decreto que prevê a isenção, por 2 meses, dos impostos federais incidentes sobre o óleo diesel, cuja renúncia fiscal gira em torno de 1,5 e 3 bilhões de reais.



Panorama das Reformas Estruturais



Reforma Administrativa

A PEC 32/2020 promove uma reforma administrativa com as seguintes diretrizes: 1) desconstitucionalização de direitos, remetendo para leis complementares e ordinárias; 2) fim do RJU e a instituição de novas modalidades de contratação; 3) fim da estabilidade como regra e uma estabilidade mitigada para os cargos típicos de Estado; 4) fim das promoções automáticas por tempo de serviço; 5) a transferência da execução de serviços públicos da União para estados e municípios e entidades privadas; 6) a transferência de competências do Congresso Nacional para o Presidente da República para extinguir cargos e órgãos.

Embora tenha sido anunciada como parte da agenda prioritária dos presidentes da Câmara e do Senado, bem como da equipe econômica, existe dúvida sobre o empenho pessoal do presidente da República na deliberação do tema em ano pré-eleitoral.



CCJC
Admissibilidade

Comissão
Especial

1º Turno
Plenário da
Câmara

2º Turno
Plenário da
Câmara



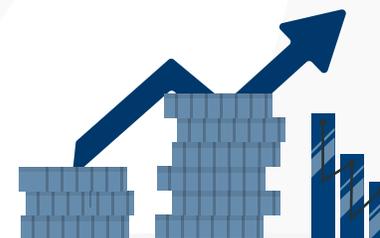
Senado
Federal



Reforma Tributária

O tema é complexo e tramita a passos lentos no Congresso Nacional, onde aguarda a retomada da discussão em Comissão Mista. Pelo último cronograma, o colegiado deverá concluir seus trabalhos até 31 de março. O relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), sinalizou a pretensão de unir as três propostas que versam sobre o tema - PECs 45/19, da Câmara, e 110/19, do Senado, e o PL 3887/2020, do Executivo. Após os trabalhos da comissão, os presidentes Rodrigo Pacheco e Arthur Lira decidirão em qual Casa a proposta começará a tramitar.

Em razão da complexidade que envolve o assunto, é menos provável que tenhamos a aprovação de uma reforma em nível Constitucional em 2021, de modo que mudanças infraconstitucionais pontuais poderão ser priorizadas.





Panorama das Reformas Estruturais



Reforma Fiscal

Trata-se do plano “Mais Brasil”, composto pelas PECs 186, 187 e 188/2019. Dentre elas, a PEC 186, chamada de Emergencial, foi a priorizada e escolhida para incorporar aspectos das três propostas, conforme o texto aprovado pelo Senado Federal na última semana. Em linhas gerais, a proposta está estruturada em cinco eixos:

1 Arcabouço Fiscal de Médio e Longo Prazo

- Lei complementar disciplinará a sustentabilidade da dívida, com a possibilidade de aplicação de gatilhos fiscais

2 Reforço das Regras Fiscais Vigentes

- Modifica o Teto de Gastos (EC 95) para permitir o acionamento de gatilhos quando a relação entre a despesa obrigatória primária e a despesa primária total supera 95%
- Redução gradual de benefícios tributários

3 Estado de Calamidade Pública Nacional

- Regime extraordinário fiscal (orçamento de guerra) para combate à calamidade pública. Durante o estado de calamidade os gatilhos são acionados e perduram até fim da calamidade

- Desvincula o superávit financeiro de fundos para abater despesas da calamidade ou dívida

4 Emergência Fiscal para Entes Subnacionais

- Faculta aos entes subnacionais o acionamento de gatilhos quando a relação entre despesas/receitas correntes supera 95% ou 85% (neste caso com a necessidade de convalidação pelo Legislativo) | Nenhum ente poderá prestar garantias para o Estado ou Município que deixe de acionar os gatilhos

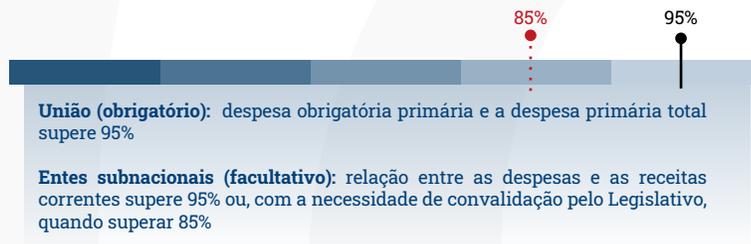
5 Auxílio Emergencial

- Autoriza o pagamento de auxílio emergencial fora do teto de gastos, com limite de R\$ 44 bilhões

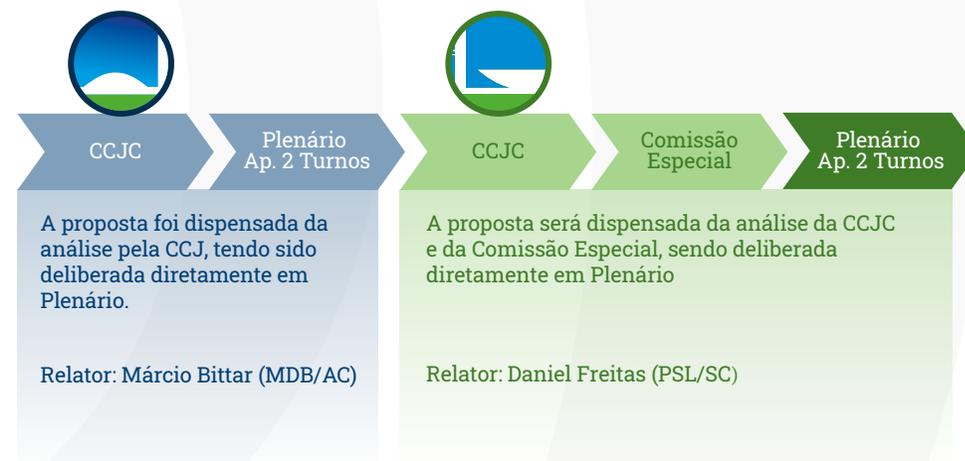


Panorama das Reformas Estruturais

Alguns dos gatilhos que poderão ser acionados:



- 1 Vedação à concessão de reajuste salarial, exceto decisão judicial com trânsito em julgado
- 2 Vedação à criação de cargos que implique despesa
- 3 Vedação à reestruturação de carreiras que implique despesa
- 4 Vedação à contratação de pessoal efetivo, exceto vacância
- 5 Vedação de novos concursos públicos, exceto para reposição
- 6 Vedação à criação ou majoração de auxílios
- 7 Vedação à criação de nova despesa obrigatória
- 8 Vedação à elevação de despesa obrigatória acima da inflação
- 9 Vedação à criação ou expansão de programas e linhas de financiamento
- 10 Vedação à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária
- 11 Congelamento das promoções e progressões dos agentes públicos





Agenda prioritária do Governo em tramitação na Câmara



Proposição	Tema	Status	Termômetro de aprovação
PEC 45/2019	Reforma Tributária	Aguarda par. em Comissão Especial Rel. Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Neutro
PEC 32/2020	Reforma Administrativa	Aguarda designação de Rel. na CCJC	Neutro
PL 3515/2015	Superendividamento	Aguarda votação do substitutivo do Rel. Franco Cartafina (PP/MG) em Plenário. Regime de urgência	Alto
PL 4476/2020	Lei do Gás	Aguarda análise das emendas do Senado em Plenário Rel. Laércio Oliveira (PP/SE)	Alto
PLP 146/2019	Marco das Startups	Aprovado pelo Senado, aguarda retorno à Câmara Relator Vinicius Poit (NOVO/SP)	Alto
MP 1031/2021	Capitalização da Eletrobrás	Aguarda o parecer do relator, Elmar Nascimento (DEM/BA), no Plenário da Câmara	Neutro
PL 6726/2016	Teto remuneratório	Aguarda criação de Comissão Especial. Existem Req. de urgência pendentes de votação	Neutro
PL 2646/2020	Debêntures	Aguarda análise da CTASP	Neutro
PL 3877/2020	Depósitos voluntários	Aguarda Despacho da Mesa	Neutro
PL 2633/2020	Regularização fundiária	Aguarda Constituição de Comissão Especial	Neutro

Proposição	Tema	Status	Termômetro de aprovação
PL 3729/2004	Licenciamento ambiental	Aguarda parecer do relator Kim Kataguiri (DEM/SP) em Plenário – Novo Rel. deverá ser designado Regime de urgência	Neutro
PL 5518/2020	Concessões florestais	Aguarda Despacho da Mesa	Neutro
PL 191/2020	Mineração em terras indígenas	Aguarda Criação de Comissão Especial	Neutro
PL 6093/2019	Documento único de transporte	Aguardando parecer do Rel. Diego Andrade (PSD/MG) na CVT	Neutro
PL 3780/2020	Aumento de pena em caso de abuso de menores	Apensado ao PL 4749/2016, que aguarda deliberação em Plenário	Neutro
PL 1776/2015	Homeschooling	Aguarda parecer do Rel. Leo Moraes (PODE/RO) na CCJC	Neutro
PL 6125/2019	Normas aplicáveis a militares em GLO	Aguardando Despacho da Mesa	Baixo
PL 6438/2019	Registro, posse e porte de arma de fogo	Aguarda designação de Rel. na CCJC; CSPCCO e CREDN	Baixo
PL 5877/2019	Privatização da Eletrobrás	Aguarda Despacho da Mesa	Baixo
PLP 19/2019	Autonomia do Banco Central	Convertido na Lei Complementar n.º 179/2021 PT e PSOL, ajuizaram a ADI 6696 impugnando a norma	



Agenda prioritária do Governo em tramitação no Senado



Proposição	Tema	Status	Termômetro de aprovação
PEC 186/2019	PEC Emergencial	Aprovada na forma de um substitutivo e remetida à Câmara dos Deputados	Alto
PEC 187/2019	PEC dos Fundos Públicos	Aguarda deliberação em Plenário	Alto
PEC 188/2019	Pacto Federativo	Aguarda votação do substitutivo do sen. Márcio Bittar (MDB/AC) em Plenário	Neutro
PEC 110/2019	Reforma Tributária	Aguarda parecer na CCJ Relator Roberto Rocha (PSDB/MA)	Neutro
PLP 137/2020	Uso dos Fundos Públicos para combate da pandemia	Aguarda despacho da Mesa	Alto
PL 4199/2020	Cabotagem / BR do Mar	Aguarda o parecer do Relator Nelsinho Trad (PSD/MS) em Plenário	Alto
PL 5387/2019	Marco legal do mercado de câmbio	Aprovado pela Câmara, aguarda chegada ao Senado	Alto
PLS 261/2018	Marco Legal das Ferrovias	Aguarda votação do parecer do Relator Jean Paul Prates (PT/RN) na CI	Alto

Proposição	Tema	Status	Termômetro de aprovação
PLC 8/201	Cobrança de pedágio	Aguarda votação do parecer do Relator Jayme Campos (DEM/MT) em Plenário	Neutro
PL 3723/2019	Porte de armas	Aguarda parecer do Relator Marcos do Val (PODE/ES) na CCJ	Neutro
PL 3178/2019	Partilha do petróleo e gás natural	Aguarda designação de Relator na CI	Neutro
PLC 119/2015	Estatuto do índio	Aguarda votação do parecer do Relator Marcos Rogério (DEM/RO) em Plenário	Baixo
PLS 216/2017	Lei de drogas	Aguarda designação de Relator na CCJ	Baixo
PLS 232/2016	Modernização do setor elétrico	Aguarda designação de Relator em Plenário	Baixo
PL 7843/2017	Eficiência Administrativa e "GovTec"	Aguardando remessa à sanção Presidencial	Baixo
PL 5191/2020	Fundo de investimento agrícola (FIAGRO)	Aguardando remessa à sanção Presidencial	Baixo



Comissão Mista de Orçamento: Análise do Orçamento de 2021

Depois de vários adiamentos em 2020, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) foi reinstalada com a eleição da deputada Flávia Arruda (PL/DF) para a presidência e a confirmação do senador Márcio Bittar (MDB/AC) na relatoria do Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) para 2021. Segundo o cronograma definido pelo colegiado, a análise da proposta terá prazo de 50 dias até a remessa à sanção presidencial.



Presidente da CMO
Deputada Flávia Arruda
(PL/DF)

É advogada e empresária. Está em seu primeiro mandato eletivo. Na Câmara, foi vice-líder do Bloco e membro da CCJC, CSSF e CMULHER. É casada com ex-governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.



Relator PLOA
Senador Márcio Bittar
(MDB/AC)

É empresário. Está em seu terceiro mandato eletivo, sendo dois como deputado federal. Em 2014, disputou o cargo de governador do Acre, não obtendo êxito no segundo-turno. É o atual relator da PEC 186/2019, denominada PEC Emergencial, e da PEC 188/2019, conhecida como Pacto Federativo.

Cronograma de Trabalho da CMO	
Prazo final para apresentação de emendas	01/03
Publicação do relatório preliminar	03/03
Votação do relatório preliminar	Aprovado em 04/03
Publicação dos relatórios setoriais	05/03 a 14/03
Votação dos relatórios setoriais despesa	15/03 a 19/03
Votação do relatório geral	23/03
Votação pelo Congresso Nacional	até 24/03

Relatores Setoriais do PLOA 2021	
Relator Geral	Senador Márcio Bittar (MDB/AC)
Receita	Deputado Beto Pereira (PSDB/MS)
Justiça e Segurança Pública	Senador Plínio Valério (PSDB/AM)
Presidência e Relações Exteriores	Senador Marcos Rogério (DEM/RR)
Meio Ambiente	Deputado Nilto Tatto (PT/SP)
Defesa	Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)
Economia	Deputado Felipe Carreras (PSB/PE)
Poderes	Deputado Leur Lomanto Jr. (DEM/BA)
Desenvolvimento Regional	Senador Confúcio Moura (MDB/RO)
Ciência, Tecnologia e Comunicações	Deputado Silas Câmara (REPUBLIC/AM)
Saúde	Deputada Aline Sleutjes (PSL/PR)
Mulheres, Família e Direitos Humanos	Deputado Fábio Henrique (PDT/CE)
Educação	Deputado Zé Vitor (PL/MG)
Cidadania e Esportes	Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)
Turismo e Cultura	Deputado Júlio Cesar (PSD/PI)
Minas e Energia	Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)
Infraestrutura	Deputada Margarete Coelho (PP/PI)
Agricultura	Deputado Fábio Reis (MDB/SE)





Desdobramentos do Episódio Daniel Silveira (PSL/RJ)



Deputado Daniel Silveira foi preso no último dia 16 fevereiro – por decisão do ministro Alexandre de Moraes, que foi ratificada pelo Plenário do STF no dia seguinte – em razão de ter gravado vídeo com ataques e ameaças a ministros da Suprema Corte e por ter feito apologia a ditadura militar.

O episódio gerou muita polêmica pelas circunstâncias em que a prisão foi decretada, uma vez que os parlamentares apenas podem ser presos em flagrante por crimes inafiançáveis. Neste sentido, o principal questionamento se deu pela configuração do flagrante decorrente da publicação do vídeo.

A decisão acabou sendo referendada pelo Plenário da Câmara, por um expressivo placar de 364 votos favoráveis, 130 contrários e 3 abstenções, conforme recomendação da deputada Magda Mofatto (PL/GO).

Como consequência, a Mesa Diretora da Câmara apresentou representação contra o parlamentar, que será analisada pelo Conselho de Ética. Além disso, o PSL instaurou processo para o pedido de expulsão de Daniel Silveira de seus quadros partidários.

O desfecho do episódio traz implicações sérias ao deputado, bem como repercussão em outras dimensões na esfera política, conforme demonstrado no quadro ao lado.



Pacificação entre os Poderes

A ratificação da prisão pela Câmara pavimentou o caminho da pacificação entre os Poderes, empenhada pelo deputado Arthur Lira (PP/AL) e acompanhada pela postura equidistante adotada pelo Presidente da República. Na prática, o respeito à decisão do STF representa um novo marco na busca pela repactuação entre os Poderes da República.



Limites da inviolabilidade parlamentar

Apresentação e deliberação da PEC 3/2021, em resposta aos questionamentos sobre os limites da inviolabilidade parlamentar. A proposta estabelece, entre outras coisas, limitações às possibilidades de prisão em flagrante de parlamentares e impede sua decretação por decisão monocrática.



Enfraquecimento da agenda anti-establishment

A decisão também contribuiu para o enfraquecimento de alguns parlamentares que compõem a ala ideologicamente mais sectária da Casa, fragilizando determinados setores que buscavam encontrar cada vez mais protagonismo nas discussões e eventuais deliberações de uma agenda anti-establishment.



Conselho de Ética

Reinstalação do Conselho de Ética, para análise conjunta das representações contra o deputado Daniel Silveira (PSL/RJ) e contra a deputada Flordelis (PSD/RJ). Dentre as punições possíveis, em caso de condenação, está a perda do mandato.



Congresso Nacional: medidas facilitam aquisição de vacinas

O imbróglio acerca da operacionalização da campanha de vacinação em território brasileiro sofreu novos desdobramentos em fevereiro, principalmente no que tange às autorizações emergenciais de aquisição e uso de vacinas. No Congresso Nacional, foram deliberadas duas Medidas Provisórias relativas a imunizantes contra a Covid-19, as MPs 1003/2021 e 1026/2021, impactam nesta questão. E, para além das mencionadas medidas oriundas do Poder Executivo, o Presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), igualmente apresentou matéria nesta verve: o PL 534/2021, que autoriza ao setor privado e aos estados e municípios o direito a compra de vacinas capazes de combater o atual cenário de pandemia.

Tratando-se especificamente da MP 1003/2021, cujo objetivo é formalizar a adesão do Governo Brasileiro ao Consórcio Covax-Facility, existia uma crítica da Anvisa, órgão regulador, no que tange o prazo de 5 dias delimitado pelo caput do Art. 5º do texto, para avaliação dos pedidos autorização do uso excepcional

de vacina aprovada, em caráter definitivo ou emergencial, por agências internacionais sanitárias.

O presidente da Autarquia, Antônio Barra Torres, conseguiu convencer o Presidente da República a vetar o dispositivo, alegando que tal ato violaria o poder regulatório da agência, a tornado uma mera chanceladora dos processos.

Todavia, a pressão política, popular e midiática para que as vacinas sejam rapidamente liberadas é muito grande, o que poderá refletir na derrubada do veto no Congresso Nacional. Cabe ainda informar que a Diretoria Colegiada da Anvisa aprovou Resolução Normativa sobre procedimentos para importação e monitoramento, dos imunizantes adquiridos pelo Ministério da Saúde, no âmbito do instrumento internacional sobre vacinas previamente mencionado - a RDC 465, de 9 de fevereiro de 2021.

Operacionalização das vacinas do instrumento Covax-Facility (RDC 645)

As vacinas adquiridas pelo MS Junto à Covax-Facility estão dispensadas de registro e de autorização pela Anvisa, segundo a RDC 465.

Ao Ministério da Saúde cabe:

- Os procedimentos para protocolar a licença de importação das vacinas
- Assegurar e monitorar as condições da cadeia transporte,
- Observar a validade dos imunizantes, além do armazenamento adequado.
- Criar mecanismo para realização do monitoramento das vacinas

À Anvisa cabe:

- Monitorar o perfil de queixas técnicas e de efeitos adversos,
- Adotar as ações de controle e monitoramento e fiscalização sanitária pertinentes,
- Realizar trâmites operacionais para desembaraço aduaneiro em até 48 horas

Contudo, no que concerne a MP 1003/2021, também referente ao Covax-Facility e Anvisa, há um conflito: a MP prevê prazo de 5 dias para que seja concedida autorização emergencial para qualquer imunizante (não somente os pertencentes ao consórcio) previamente aprovado em um rol elencado de agências sanitárias internacionais.



Congresso Nacional: medidas facilitam aquisição de vacinas

Sobre a MP 1026/2021, ela autoriza a administração pública direta e indireta a celebrar contratos ou outros instrumentos congêneres, com dispensa de licitação, para aquisição de vacinas e de insumos destinados à vacinação contra a covid-19, antes do registro sanitário ou da autorização temporária de uso emergencial. Determina ainda que a aplicação das vacinas deverá observar o previsto no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, coordenado pelo Ministério da Saúde.

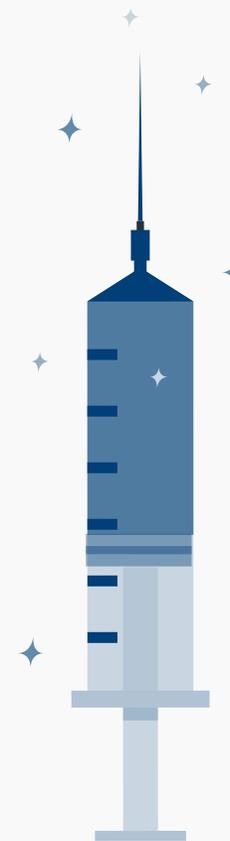
Na terça-feira (23), o texto foi aprovado na Câmara dos Deputados, com mudanças. Entre as alterações previstas no substitutivo apresentado pelo relator, deputado Pedro Westphalen (PP/RS) está a autorização para que Estados, o Distrito Federal e os municípios possam adquirir vacinas contra a Covid-19 em caso de a União não adquirir a quantidade de doses

suficientes para a vacinação.

O parecer também autoriza o uso emergencial de vacinas e medicamentos, com estudos clínicos de fase 3 ou com resultados provisórios de um ou mais estudos clínicos, desde que registradas ou com a anuência das autoridades estrangeiras dos países com reconhecimento internacional e certificadas com nível de maturidade IV. Para evitar o desincentivo à vacinação, o relator também retirou do texto a obrigatoriedade de o profissional de saúde informar ao imunizado que o produto não tem registro da Anvisa, além de seus potenciais riscos e benefícios.

A abertura para aquisição de imunizantes pela rede privada, ponto de maior conflito da matéria, foi removida do texto durante a discussão, após negociações com a oposição e o Governo. Dessa maneira, o texto aprovado prevê a compra de vacinas apenas para o setor público. A matéria

foi ratificada pelo Senado Federal e foi remetida à sanção presidencial. Por fim, foi aprovado pelo Senado Federal proposta de autoria do presidente da casa, senador Rodrigo Pacheco, que possibilita que Estados, Municípios e pessoas jurídicas de direito privado adquiram vacinas. Após as modificações propostas e acatadas durante a tramitação do PL 534/2021, a aquisição de imunizantes por pessoas jurídicas privadas será integralmente doada ao SUS, até que todas as pessoas dos grupos prioritários previstos pelo Plano Nacional de Imunização sejam vacinadas. Pelo texto aprovado, após findada a imunização dos grupos prioritários será autorizada a aquisição de imunizantes desde que pelo menos 50% das doses sejam doadas ao SUS. As demais serão utilizadas de forma gratuita, não estando liberada a comercialização, portanto. A matéria foi ratificada pela Câmara dos Deputados e foi remetida à sanção.





Congresso Nacional: medidas facilitam aquisição de vacinas



Estados, Municípios e DF



Caso a União não adquira quantidade de doses suficientes para a vacinação dos grupos previstos no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra Covid-19.



Pessoas Jurídicas de Direito Privado



Doação integral ao SUS até que ocorra a vacinação de todas as pessoas dos grupos prioritários previstos pelo Plano Nacional de Imunização.



Doação de 50% das doses ao SUS e as demais devem ser utilizadas de forma gratuita.



Uso Emergencial de Vacinas e Medicamentos

Uso emergencial de vacinas e medicamentos, com estudos clínicos de fase 3 ou com resultados provisórios de um ou mais estudos clínicos, desde que registradas ou autorizadas pelas agências dos seguintes países:

Estados Unidos

Japão

Rússia

Canadá

União Europeia

Coréia

Índia

Austrália

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

China

Argentina

Outras autoridades sanitárias estrangeiras com reconhecimento internacional e certificadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).



Presidentes das Comissões | Biênio 2021-2023

SENADO
FEDERAL



Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)



Senador Otto Alencar (PSD/BA)

É médico, está em seu primeiro mandato como senador da República. Foi deputado estadual por três mandatos e vice-governador da Bahia por dois mandatos.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)



Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

É comerciante, está em seu primeiro mandato como senador da República. Na atual Legislatura, foi presidente do Senado no biênio de 2019-2020. Foi vereador e deputado federal, cargo que exerceu por três mandatos.

Comissão de Assuntos Sociais (CAS)



Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

É empresário, está em seu segundo mandato como senador da República. Foi deputado estadual por três mandatos e deputado federal por um mandato.

Comissão de Direitos Humanos (CDH)



Senador Humberto Costa (PT/PE)

É jornalista e Médico, está em seu 2º mandato como senador da República. Foi vereador de Recife, deputado estadual e deputado federal. No poder Executivo, foi Secretário de Saúde de Recife; Ministro da Saúde no governo Lula e Secretário das Cidades em Pernambuco.

Comissão de Ciência, Tecnologia (CCT)



Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

É advogado, está em seu primeiro mandato como senador da República. Antes de ser eleito para o Senado, exerceu por um mandato o cargo de deputado estadual.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)



Senador Fernando Collor (PROS/AL)

É empresário e economista, está em seu 2º mandato como senador da República. Foi eleito o 32º Presidente do Brasil e ocupou por um mandato os cargos de prefeito de Maceió, deputado federal e governador de Alagoas.



Presidentes das Comissões | Biênio 2021-2023

SENADO
FEDERAL



Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)



Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

É médico, está em seu primeiro mandato como senador da República. Foi deputado federal por cinco mandatos e ministro da Saúde, entre 2015 e 2016, no governo de Dilma Rousseff.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)



Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

É empresário, está em seu segundo mandato eletivo como senador da República. Foi prefeito de Ji-Paraná (RO).

Comissão de Serviços e de Infraestrutura (CI)



Senador Dário Berger (MDB/SC)

É administrador, exerce seu 1º mandato como senador da República. Foi prefeito de São José (SC) e de Florianópolis (SC) por dois mandatos em cada cargo.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)



Senadora Kátia Abreu (PP/TO)

É agropecuarista, está em 2º mandato como senadora da República. Foi deputada federal por dois mandatos, ocupou o cargo de Ministra da Agricultura no governo de Dilma Rousseff. Candidatou-se à vice-presidência da República em 2018.

Comissão de Meio Ambiente (CMA)



Senador Jaques Wagner (PT/BA)

É empresário, está em seu 1º mandato como senador da República. Foi deputado federal por três mandatos e governador do estado da Bahia em duas ocasiões. Foi Ministro do Trabalho e Emprego, Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ministro da Defesa e Ministro-Chefe da Casa Civil.

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC)



Senador Reguffe (PODEMOS/DF)

É jornalista e economista, está em seu primeiro mandato como senador da República. Foi deputado distrital e federal por um mandato em cada cargo.



Reforma Ministerial

O mês de fevereiro trouxe a primeira mudança relevante na Esplanada dos Ministérios do governo Bolsonaro, desde que o Executivo começou a adotar algo próximo daquilo que se entende como presidencialismo de coalizão, sobretudo com os partidos do chamado “centrão” incorporados à base de apoio do Governo. Com a mudança das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, o Presidente Jair Bolsonaro enxergou a necessidade de realizar mudanças na estrutura do Governo. Neste contexto o Planalto optou por dar início à uma espécie de “reforma ministerial”, com o objetivo de alocar aliados em postos de destaque na Esplanada dos Ministérios.

A alteração se deu inicialmente no Ministério da Cidadania, com a indicação do agora deputado licenciado João Roma (Republicanos/BA) para chefiar a pasta em substituição ao também parlamentar Onyx Lorenzoni (DEM/RS), que assumiu a Secretaria-Geral da Presidência.

Novo Ministro da Cidadania



João Roma (Republicanos/BA)

Empresário, está em seu primeiro mandato como deputado federal. Foi chefe de gabinete do então Prefeito de Salvador, ACM Neto, em 2018. Foi assessor do Ministério da Administração e Reforma do Estado, no governo FHC. É um dos nomes de confiança do presidente da Câmara.

Novo Secretário-Geral da Presidência



Onyx Lorenzoni (DEM/RS)

Médico veterinário e empresário. Está em seu quinto mandato consecutivo como deputado federal. Foi ministro-chefe da Casa Civil no início do Governo Bolsonaro e ministro da Cidadania, antes de assumir a chefia da Secretaria-Geral da Presidência.

Outras mudanças possíveis

Ministério da Saúde

São cotados os deputados Dr. Luizinho (PP/RJ) e Ricardo Barros (PP/PR).

Ministério do Desenvolvimento Regional

O senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) chegou a ser cotado.

Recriação do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

O deputado federal e presidente nacional do Republicanos, Marcos Pereira (SP), é cotado para a vaga, caso exista o desmembramento da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação, que atualmente pertence ao ministério da Economia.

Recriação do Ministério do Trabalho e Emprego

O atual ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, poderia ser realocado para assumir a pasta, caso exista o desmembramento da secretaria especial de previdência e trabalho, que atualmente pertence ao ministério da Economia.

Olhar político

QUEIROZ

Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais

www.queirozassessoria.com.br

Fale conosco:

Telefone: +55 61 3225.1804

E-mail: faleconosco@queirozassessoria.com.br

SBS Qd. 1 - Bloco K - Ed. Seguradoras, Salas 405 a 407

Brasília-DF - CEP: 70.093-900

Edição:

Ana Matos

Arícia Gonzaga

Bruna Duarte

Daniele Santos

Letícia Mendes

Leonel Cupertino

Luiz Filipe

Direção Executiva:

Antônio Augusto de Queiroz

Enrico Ribeiro

Thiago Rego de Queiroz